

# Um orçamento moderno para uma União que protege, capacita e defende

Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 Nota informativa tendo em vista o Conselho Europeu Junho de 2018 O novo orçamento representa uma oportunidade para moldarmos o nosso futuro numa União nova e ambiciosa de 27 países unidos pela solidariedade. A bola está agora no campo do Parlamento e do Conselho. Estou firmemente convencido de que deveríamos procurar chegar a um acordo antes das eleições para o Parlamento Europeu que terão lugar no próximo ano.

Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia, 2 de maio de 2018

Em fevereiro de 2018, os dirigentes europeus debateram a 27 as prioridades para o futuro orçamento a longo prazo da União, o Quadro Financeiro Plurianual para 2021-2027. Trata-se do primeiro orçamento a longo prazo da UE a 27. Representa uma oportunidade histórica para reformar o orçamento e sustentar as aspirações políticas com os meios necessários para agir.

Desde então, a Comissão apresentou um pacote global que abrange o quadro geral e os programas setoriais. Estas propostas enquadram-se numa abordagem ambiciosa, equilibrada e justa para concretizar a agenda positiva acordada pelos chefes de Estado e de Governo em Bratislava, em 16 de setembro de 2016, e consagrada na Declaração de Roma, de 25 de março de 2017. Permitirão dotar a União de um orçamento moderno e eficaz para o futuro.

O tempo de que dispomos para chegar a acordo sobre o primeiro orçamento a longo prazo a 27 é reduzido, mas suficiente. Chegar rapidamente a um acordo não é só desejável do ponto de vista político, é também um imperativo em termos práticos. A adoção do orçamento 2014-2020 conduziu a atrasos significativos na disponibilização dos financiamentos em favor das pequenas e médias empresas, das regiões, dos estudantes, dos investigadores e dos agricultores, nomeadamente.

O debate dos dirigentes no Conselho Europeu de 28 e 29 de junho de 2018 constitui uma oportunidade para enviar um sinal claro da nossa determinação coletiva em trabalhar em conjunto para chegar rapidamente a um acordo e assim contribuir para que a União de 27 tenha o melhor início possível.

## PONTO DA SITUAÇÃO: QUE PROPOSTAS ESTÃO EM CIMA DA MESA?

Em 2 de maio, a Comissão apresentou as suas propostas para um orçamento a longo prazo moderno para o período 2021-2027. Estas propostas articulam-se em torno das prioridades políticas acordadas pelos dirigentes em Bratislava e na Declaração de Roma. O princípio diretor é o «valor acrescentado europeu».

Estas propostas são uma resposta realista a circunstâncias excecionalmente difíceis: a evolução tecnológica e demográfica, as alterações climáticas e a escassez de recursos, o desemprego, as novas ameaças à segurança e a crise dos refugiados são agravados pela instabilidade geopolítica. As tensões com os principais parceiros comerciais e o questionamento dos nossos valores e de uma ordem internacional baseada em regras e na cooperação não tornam esta tarefa mais fácil.

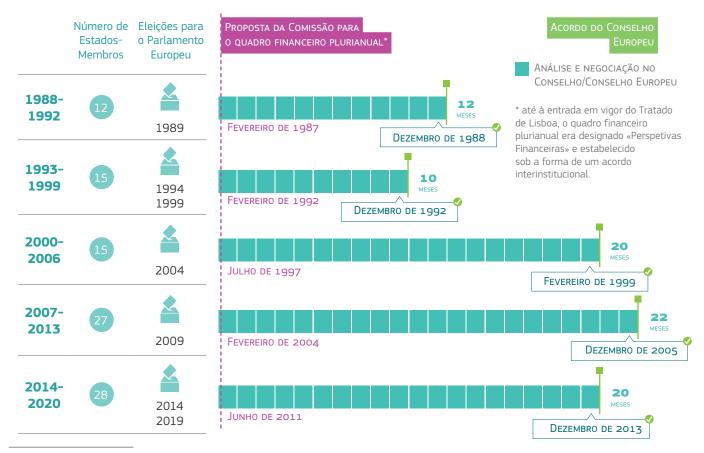
A saída do Reino Unido terá consequências importantes para o orçamento da UE. Será necessário fazer escolhas difíceis. As poupanças seletivas, combinadas com uma profunda modernização e programas novos e inovadores dotarão a União de um orçamento moderno que permitirá concretizar os objetivos.

O orçamento a longo prazo deve ser acordado por unanimidade pelo Conselho, após aprovação do Parlamento Europeu. Só um orçamento justo, equilibrado e verdadeiramente europeu poderá passar este teste. É por esta razão que a Comissão propõe: uma distribuição equitativa dos cortes orçamentais que são a consequência inevitável da redução das dotações na sequência da saída do Reino Unido; uma repartição equitativa dos fundos entre as políticas e entre os Estados-Membros, com base em prioridades comuns; e critérios objetivos e transparentes, bem como um sistema mais justo de financiamento do orçamento, em que as mesmas regras sejam aplicáveis a todos.

Desde 2 de maio, a Comissão atuou de forma rápida e eficiente para completar este quadro com as propostas legislativas relativas aos 37 programas <sup>1</sup> que porão em prática e apoiarão as nossas prioridades políticas. Cada uma destas propostas baseia-se numa análise rigorosa dos ensinamentos retirados dos atuais programas e dos domínios em que a União pode contribuir de forma mais eficaz no futuro.

O conjunto de propostas já está em cima da mesa. A Comissão revelou um nível de transparência sem precedentes quanto às implicações financeiras das propostas <sup>2</sup>, o que constitui a melhor base possível para o árduo trabalho que ainda está por realizar. A Comissão está plenamente empenhada em preparar o terreno para um rápido acordo sobre um orçamento da União razoável e equitativo.

### Quadro financeiro plurianual: acordo do Conselho Europeu



Por motivos jurídicos, um número limitado de programas baseia-se em mais de um ato jurídico.

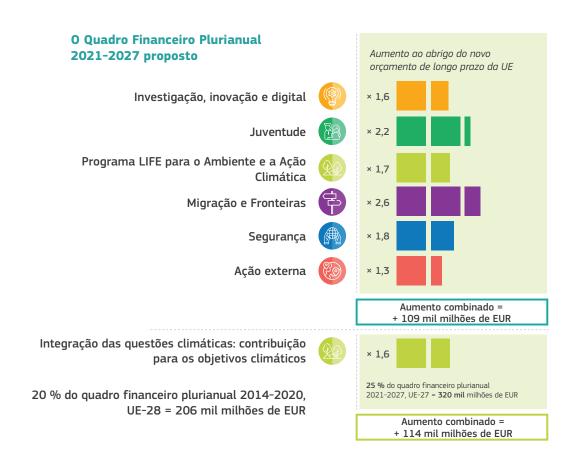
<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Por exemplo, contrariamente à prática anterior, a Comissão indicou, desde o início, a distribuição dos fundos de coesão e de desenvolvimento rural por Estado-Membro.

## O QUE PROPÕE A COMISSÃO?

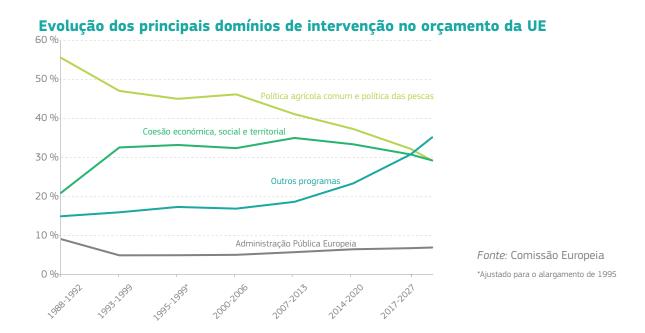
# Um novo orçamento para concretizar eficazmente as principais prioridades, em que o valor acrescentado europeu é especialmente forte

A Comissão propõe aumentar o financiamento nos domínios em que a União pode contribuir de forma mais eficaz para as novas prioridades reforçadas estabelecidas pelos dirigentes em Bratislava e em Roma. Para o efeito, os programas que tenham demonstrado a sua eficácia serão alargados e modernizados e serão criados novos programas adaptados nos domínios em que é necessária uma nova abordagem para ajudar a União a concretizar as suas ambições. Por exemplo:

- Investir na **inovação e na economia digital:** Horizonte Europa, incluindo o Conselho Europeu da Inovação, permitirá à Europa manter-se na vanguarda da investigação e da inovação à escala mundial. O novo Programa Europa Digital apoiará a transformação digital da nossa sociedade e da nossa economia.
- Criar oportunidades de **formação e de emprego para os jovens**, através do reforço do programa Erasmus + a fim de proporcionar a um maior número de jovens a oportunidade de viver noutro país para estudar ou trabalhar; e através do Corpo Europeu de Solidariedade, para dar aos cidadãos europeus a oportunidade de participarem em atividades de ajuda humanitária na Europa e no mundo.
- Prosseguir os nossos trabalhos sobre uma abordagem global da gestão da migração e das fronteiras a fim de assegurar um espaço seguro de livre circulação de pessoas e bens no interior da União e apoiar a gestão e a integração a longo prazo dos requerentes de asilo e dos migrantes. Os instrumentos reforçados apoiarão a cooperação em matéria de gestão da migração e de segurança, e contribuirão para combater as causas profundas da migração.
- Reforçar as capacidades da União em matéria de segurança e de defesa para proteger os cidadãos da UE das ameaças à segurança, tais como ataques terroristas, os novos tipos de criminalidade organizada e a cibercriminalidade.
   O reforço significativo do Fundo Europeu de Defesa visa promover a competitividade e a capacidade de inovação da indústria de defesa da União.
- Reforçar a **ação externa** da UE: O vasto Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional permitirá abordar de forma mais coerente os desafios em matéria de ação externa da UE.
- Investir na **ação climática e na proteção do ambiente**, através da integração das questões climáticas em todos os programas da UE, tendo como meta global consagrar 25 % das despesas da UE a objetivos em favor do clima.
- Além disso, a Comissão propõe novos instrumentos para reforçar a **União Económica e Monetária** no âmbito da União, tais como o Programa de Apoio às Reformas e o Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento.



Estas alterações permitirão modernizar e recentrar o orçamento a longo prazo. Pela primeira vez, cerca de um terço do orçamento será afetado a novos domínios prioritários nos quais o orçamento da UE pode permitir obter, em benefício de todos os europeus, resultados que uma abordagem puramente nacional não permitiria alcançar.



## Uma abordagem moderna das políticas tradicionais

A política de coesão e a política agrícola comum continuam a ser os maiores programas no futuro orçamento a longo prazo. A Comissão propõe uma ampla reforma e modernização de ambas as políticas, a fim de lhes permitir cumprir os seus objetivos definidos nos Tratados e contribuir de forma significativa para as novas prioridades e a reforma económica. As poupanças realizadas a nível das duas políticas, de cerca de 6 % e 5 %, respetivamente, são um elemento necessário de um orçamento equilibrado.

As poupanças realizadas, 6 % e 5 %, respetivamente, são expressas em preços correntes e em relação aos níveis de 2020, excluindo a dotação do Reino Unido. Foram igualmente fornecidas comparações com o período 2014-2020, a preços correntes e a preços constantes.

Relativamente à **política agrícola comum**, a Comissão propõe um novo modelo de execução que tornará a política mais moderna e eficaz, decisivamente orientada para assegurar um abastecimento alimentar seguro e de elevada qualidade e apoiar a transição para um setor agrícola sustentável e uma economia rural próspera. Os Estados-Membros terão mais flexibilidade quanto à forma de utilizar os seus fundos, de forma a permitir-lhes conceber programas adaptados que respondam de forma mais eficaz às preocupações dos seus agricultores e comunidades rurais. A reforma da política contribuirá para que as prioridades e medidas nacionais possam ser financiadas num quadro europeu.

A **política de coesão** continuará a contribuir de forma significativa para reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais nos Estados-Membros e em toda a Europa. Será mais estreitamente associada às prioridades de reforma definidas no âmbito do Semestre Europeu, bem como às novas prioridades, como uma Europa mais inteligente, uma Europa mais ecológica e com baixo teor de carbono, uma Europa mais interligada, uma Europa mais social, uma Europa mais próxima dos cidadãos. A Comissão demonstrou uma transparência total no tocante à fórmula objetiva que será utilizada para afetar os fundos de coesão aos Estados-Membros, baseada predominantemente no produto interno bruto (PIB) *per capita* relativo. As regiões e os Estados-Membros que têm um bom desempenho, em grande parte graças à política de coesão, terão, naturalmente, uma redução da sua dotação, mas a Comissão propôs garantias sem precedentes para assegurar uma transição harmoniosa.

## Um orçamento mais simples, mais racional e mais flexível

O orçamento da UE tornou-se demasiado complexo, dificultando desnecessariamente a vida dos beneficiários potenciais e não permitindo distinguir claramente para que servem os fundos da UE.

- A Comissão propõe reduzir o número de programas para 37, contra 58 no âmbito do atual enquadramento.
   Serão criados novos programas, mais racionais, nos principais domínios estratégicos como a ação externa e o mercado único, tornando a ação da UE mais visível e mais focalizada. O novo fundo InvestEU reunirá todos os instrumentos financeiros para catalisar o investimento em toda a União, com base no sucesso do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.
- A Comissão propõe igualmente uma simplificação significativa das regras relativas aos financiamentos
  da UE, reduzindo a burocracia para facilitar a candidatura a esses financiamentos. Um conjunto único de regras
  contribuirá para reduzir a carga administrativa para os beneficiários e as autoridades de gestão, permitindo que os
  diversos programas funcionem em conjunto de forma mais simples para aumentar o impacto do orçamento da UE.
  A Comissão propõe igualmente a simplificação das regras em matéria de auxílios estatais, de modo a que os fundos
  europeus e nacionais possam ser mais facilmente combinados.
- A estabilidade e previsibilidade do quadro financeiro representam uma mais-valia. Mas a História ensinou-nos
  que há que contar com os imprevistos. É por esta razão que a Comissão propõe que se parta dos instrumentos
  de flexibilidade e das ferramentas de gestão de crises existentes para tornar o orçamento da UE mais reativo
  perante um mundo em rápida mutação.

## Boa gestão financeira e Estado de Direito

A Comissão reforçou a regulamentação financeira através da introdução de um novo mecanismo para proteger o orçamento da UE contra deficiências generalizadas a nível do Estado de direito num Estado-Membro que possam ter graves consequências para a boa gestão financeira e a eficácia do financiamento da UE. O novo mecanismo de controlo orçamental será objetivo e transparente e aplicável a todos. É completamente distinto do mecanismo previsto no artigo 7.º do Tratado da União Europeia. A proposta destina-se a assegurar que os beneficiários individuais não sejam prejudicados nos casos em que há que tomar medidas.

## Uma abordagem nova e equitativa do financiamento do orçamento da UE

Um pacote de novos recursos relacionados com o Regime de Comércio de Licenças de Emissão, a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, e uma contribuição nacional calculada com base na quantidade de resíduos de embalagens de plástico não reciclados ajudará a estabelecer uma ligação mais estreita entre os efeitos positivos das políticas comuns em domínios como a economia circular e o mercado único, e o financiamento do orçamento que apoia estas políticas.

Além disso, a Comissão propõe suprimir progressivamente, ao longo de um período de cinco anos, o atual sistema complexo de abatimentos até atingir um nível justo de contribuições nacionais comparável a outros Estados-Membros que não beneficiam de um abatimento. Esta abordagem progressiva permite evitar um aumento súbito e acentuado das contribuições nacionais como resultado desta alteração.

# Modernização dos recursos próprios atuais



Imposto sobre o valor acrescentado: simplificado



Recursos próprios tradicionais (principalmente direitos aduaneiros): custos de cobrança inferiores (de 20% para 10%)



Contribuição baseada no RNB: diminuição da percentagem

#### Outras receitas



Senhoriagem (Receitas externas afetadas ao novo instrumento de estabilização do investimento)

Receitas do novo Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem

#### Novos recursos próprios



Matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades



20% das receitas do regime de comércio de licenças de emissão



Contribuição nacional baseada nos resíduos de embalagens de **plástico** que não são reciclados

#### Fim dos abatimentos



Mecanismo de eliminação progressiva ao longo de cinco anos

## Subida do limite máximo dos recursos próprios

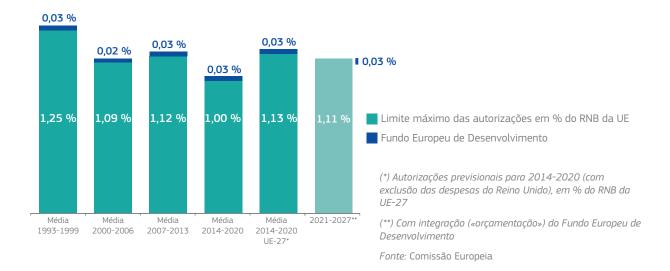
Dos atuais 1,2% do rendimento nacional bruto para 1,29% do rendimento nacional bruto

## Um pacote equilibrado, razoável e responsável para a União a 27

A proposta da Comissão de 1 279 mil milhões de EUR em dotações de autorização (a preços correntes) é equivalente a cerca de 1,11 % do rendimento nacional bruto da União Europeia a 27. Este valor deve ser comparado com o atual nível de 1,16 % para a UE-27, tendo em conta o Fundo Europeu de Desenvolvimento, que será pela primeira vez integrado no orçamento da UE.

#### Dimensão do orçamento da UE em percentagem do rendimento nacional bruto (RNB)

Limite máximo das autorizações em % do RNB da UE



O orçamento da União vai continuar a representar uma parte relativamente reduzida da economia europeia e da despesa pública total. No entanto, será necessário um aumento das contribuições nacionais para que o orçamento da União possa atuar de forma eficaz nos domínios prioritários e fazer face às consequências financeiras da saída do Reino Unido da UE. A maior parte deste aumento — cerca de três quartos — é resultado do crescimento económico e da inflação durante o período. Tal como os orçamentos nacionais aumentam ao longo do tempo, o orçamento da União terá de acompanhar essa evolução a fim de permitir obter resultados nos domínios em que a congregação de recursos ao nível europeu é mais eficiente do que as despesas nacionais.

## O CAMINHO A SEGUIR

O orçamento da UE é um orçamento para todos os europeus. As propostas da Comissão são justas e equilibradas, combinando esforços financeiros adicionais com uma profunda modernização e uma focalização acrescida na eficiência e no rigor orçamental. Tal permitirá à União avançar coletivamente com confiança para concretizar a nossa agenda comum.

O tempo urge. Uma vez que já foram apresentadas todas as propostas, é chegada a altura de avançar rapidamente para a próxima fase e preparar o terreno para um acordo político que será crucial para a futura União a 27.

Por ocasião da cimeira de Sibiu, em 9 de maio de 2019, a União a 27 tem de mostrar aos seus cidadãos e ao resto do mundo que tem capacidade para concretizar as prioridades estabelecidas pelos dirigentes em Bratislava e em Roma. Os cidadãos não compreenderiam que a União não conseguisse chegar a acordo num prazo razoável sobre um orçamento comum a longo prazo, equivalente a apenas 1,11 % do rendimento nacional bruto da União. As prioridades a financiar por esta proposta pragmática — designadamente em matéria de migração, inovação, segurança e crescimento económico — dizem respeito a todos.

Este calendário é ambicioso, mas é também exequível e necessário do ponto de vista político e prático, neste momento crucial para a União. A Comissão apresentou propostas justas e equilibradas, que permitirão chegar rapidamente a um acordo e fará tudo ao seu alcance para apoiar as negociações ao longo deste processo.

O Conselho Europeu terá um papel decisivo na definição do tom e do ritmo do trabalho a realizar, tanto no âmbito do Conselho como em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, que será um interveniente essencial para um bom resultado. Há que enviar desde já um sinal claro da prioridade atribuída a essas negociações e da importância de uma estreita cooperação entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia em todas as etapas do processo.

## Novo quadro financeiro plurianual 2021-2027: Um orçamento moderno para uma União que protege, capacita e defende



## I. MERCADO ÚNICO, INOVAÇÃO E DIGITAL

#### 1. Investigação e inovação

- Horizonte Europa
- · Programa de formação e investigação da Euratom
- Reator Termonuclear Experimental Internacional (ITER)

#### 2. Investimentos estratégicos europeus

- InvestEU
- · Mecanismo Interligar a Europa
- · Programa Europa Digital

#### 3. Mercado Único

- Programa do Mercado Único (incluindo o programa competitividade das pequenas e médias empresas - COSME, a segurança dos alimentos, as estatísticas, a concorrência e a cooperação administrativa)
- · Programa da UE de Luta contra a Fraude
- · Cooperação no domínio da fiscalidade (FISCALIS)
- Cooperação no domínio aduaneiro (ALFÂNDEGA)

#### 4. Espaço

· Programa Espacial Europeu



## II. COESÃO E VALORES

#### 5. Coesão e desenvolvimento regional

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- Fundo de Coesão
- · Apoio à comunidade cipriota turca

#### 6. União Económica e Monetária

- Programa de Apoio às Reformas, incluindo o instrumento de execução das reformas e o mecanismo de convergência
- · Proteção do euro contra a falsificação

#### 7. Investir nas pessoas, na coesão social e nos valores

- Fundo Social Europeu+ (incluindo a integração de migrantes e a saúde)
- Erasmus +
- · Corpo Europeu de Solidariedade
- · Justiça, Direitos e Valores
- Europa Criativa (incluindo o programa MEDIA)



## **III. RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE**

#### 8. Agricultura e política marítima

- · Fundo Europeu Agrícola de Garantia
- · Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- · Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

#### 9. Ambiente e ação climática

Programa para o Ambiente e a Ação Climática (LIFE)



## IV. MIGRAÇÃO E GESTÃO DAS FRONTEIRAS

#### 10. Migração

- · Fundo para a Migração e o Asilo
- 11. Gestão das fronteiras
  - · Fundo de Gestão Integrada das Fronteiras



## V. SEGURANÇA E DEFESA

#### 12. Segurança

- · Fundo para a Segurança Interna
- Desativação de centrais nucleares (Lituânia)
- Desativação e segurança nuclear (incluindo Bulgária e Eslováquia)

#### 13. Defesa

- · Fundo Europeu de Defesa
- · Mecanismo Interligar a Europa mobilidade militar
- 14. Resposta a situações de crise
- Mecanismo de Proteção Civil da União (rescEU)



## VI. PAÍSES VIZINHOS E RESTO DO MUNDO

#### 15. Ação externa

- Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (incluindo os aspetos externos da migração)
- · Ajuda humanitária
- Política Externa e de Segurança Comum
- Países e Territórios Ultramarinos (incluindo a Gronelândia)

#### 16. Assistência de pré-adesão

· Assistência de pré-adesão



## VII. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EUROPEIA

#### 17. Administração pública europeia

Despesas administrativas, pensões e escolas europeias



## INSTRUMENTOS FORA DOS LIMITES MÁXIMOS DO QFP

- · Reserva para ajudas de emergência
- · Fundo de Solidariedade da UE
- · Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização
- · Instrumento de Flexibilidade
- · Instrumento Europeu de Estabilização do Investimento

\* A Facilidade Europeia de Apoio à Paz é um fundo fora do orçamento, à margem do quadro financeiro